

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : JAI - Artigo 3.º, nova redacção

Proposition d'amendement au protocole:

Déposée par Monsieur : Luís Queiró

Qualité : Suppléant

1. Os parlamentos nacionais participam nos mecanismos de avaliação que constam do artigo 4.º do Tratado [desta Parte II] e são, designadamente, associados ao controlo político das actividades da Europol e da Eurojust.
 2. Qualquer parlamento nacional pode aprovar uma resolução considerando que uma proposta da Comissão, nos domínios do espaço de liberdade, segurança e justiça, viola os princípios da subsidiariedade ou da proporcionalidade. Neste caso, a Comissão deve reanalisar a sua proposta, à luz dos argumentos apresentados pelo parlamento nacional. Em derrogação ao previsto nos artigos 230.º ou 232.º, o parlamento nacional pode interpor recurso para o Tribunal de Justiça da decisão ou omissão da Comissão, no prazo de três meses contados da aprovação final do acto pelo órgão ou órgãos competentes da União Europeia.
 3. As instâncias que actuam operacionalmente ao nível europeu e, em particular, a Europol e a Eurojust, submetem os respectivos relatórios anuais à apreciação dos parlamentos nacionais.
-

Explication éventuelle :

Como já se disse, no artigo 1.º, os parlamentos nacionais e europeu são as instâncias primeiras no controlo democrático dos actos que afectam os direitos individuais e colectivos, bem como o respeito pelas prerrogativas e competências nacionais. Daí a extensão do seu poder de controlo político das actuações das entidades europeias nos domínios da cooperação policial e judiciária.

Não faz sentido que seja preciso que um quarto dos parlamentos nacionais se oponha concertadamente para que possa ser exigido da Comissão uma mais cabal fundamentação de uma proposta, à luz dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Seria quase impossível na prática. Por isso, prevê-se que qualquer parlamento possa pôr em causa tal legitimidade da acção comunitária. Em contrapartida, tal não afecta o direito de iniciativa da Comissão nem o poder de decisão dos órgãos com competência legislativa (Conselho e Parlamento Europeu, principalmente). Contudo, os parlamentos devem dispor – excepcionalmente, mas com carácter geral – de um direito de acção, através da legitimidade de interposição de um recurso de anulação do acto comunitário adoptado em desrespeito pelos referidos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade. Isto para lá dos mecanismos de controlo político e jurídico dos comportamentos do governo nacional, no plano interno e comunitário.

O n.º 3 retoma uma proposta do Grupo X.